

Estudos da Língua(gem)

Estudos em Análise de Discurso

A carta xingu vivo para sempre: o processo discursivo que legitima a representatividade política do porta-voz

The xingu vivo para sempre letter:
the discursive process legitimating the political representativeness of the spokesperson

Alessandro Nobre Galvão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA - BRASIL

Fátima Cristina da Costa Pessoa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA - BRASIL

RESUMO

Este trabalho examina o processo discursivo que, na carta Xingu Vivo para Sempre, produz o efeito de legitimação da figura enunciativa do porta-voz dos povos da bacia do Xingu. Trata-se de dois movimentos relacionados ao uso do “nós” político: a construção de um lugar legítimo de representante dos povos da bacia e a produção de subjetividades pela prática discursiva do sujeito político. Nossa análise mobiliza categorias teóricas como as de acontecimento, memória e formação discursiva, inscritas no campo teórico da Análise do Discurso Francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux e seus colaboradores em 69.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Porta-voz. Subjetivação

ABSTRACT

This paper examines the discursive process that, in Xingu Vivo para Sempre letter, produce the legitimating effect of the enunciative figure of the spokesperson of peoples who live in the Xingu basin. This concerns two movements related to the use of the political "we": the construction of a legitimate place of representative of the peoples from basin and the production

* Sobre os autores ver páginas 108.

of subjectivities by the discursive practice of the political subject. Our analysis mobilizes theoretical categories such as event, spokesperson, memory and discursive formation, inscribed in the theoretical field of Discourse Analysis, founded by Michel Pêcheux and his collaborators in 69.

KEYWORDS: *Discourse. Spokesperson. Subjectivation.*

1 Introdução

O Movimento Xingu Vivo para Sempre (doravante MXVPS) é um coletivo de organizações e movimentos sociais fundado a partir dos debates sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu, ocorridos durante o Encontro Xingu Vivo para Sempre (EXVPS) na cidade de Altamira-PA em maio de 2008¹.

Inscrevendo-se na memória do I Encontro dos Povos Indígenas de 1989, o EXVPS recupera o gesto da índia Tuíra² para inscrever seus participantes e organizadores na posição de sujeito do discurso de recusa radical ao Complexo hidrelétrico de Belo Monte (CHBM).

Como forma de reação absolutamente contrária ao projeto do governo, o EXVPS lança a carta Xingu Vivo para Sempre (CXVPS) como o documento que dá corpo jurídico/existência a uma vontade coletiva que clama por ser ouvida e por ser respeitada.

Em nosso entender, essa carta se configura como o lugar material do funcionamento do discursivo de recusa radical ao CHBM. Iremos nos concentrar no processo discursivo que *consagra juridicamente* o MXVPS como representante dos povos da bacia do Xingu e inscreve de vez por todas, na ordem dos discursos sobre os grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia, o discurso de recusa radical ao CHBM.

¹ Esse evento ocorre três anos após a aprovação, pelo Congresso Nacional, do decreto nº 788/2005 que autorizava a construção imediata da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sem a necessidade das oitivas indígenas e um ano após o lançamento, pela Eletrobrás, de audiências públicas cujo objetivo era o de ouvir as populações indígenas e o de apresentar os mecanismos de mitigação dos impactos causados pelo projeto de barragem do rio Xingu.

² No segundo dia do I Encontro dos povos indígenas de Altamira, em 1989, o então presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, seguia apresentando os contornos do projeto de construção de barragens no rio Xingu. A índia Tuíra, da etnia Kayapó, que seria duramente afetada pela construção da hidrelétrica, aproximou-se com seu facão e o encostou na face do referido diretor, protestando em sua língua materna.

O objetivo deste trabalho é examinar os mecanismos pelos quais o sujeito discursivo na CXVPS, ao assumir sua posição enunciativa de porta-voz dos povos da bacia, busca legitimar-se enquanto tal. Os efeitos de legitimação do mandatário perpassam por uma configuração linguística bastante recorrente na referida carta, qual seja, o “nós político + construções relativas”.

Para alcançarmos nosso objetivo, inscrevemo-nos no campo teórico da Análise do Discurso Francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux, no final da década de 60 na França. Partimos do pressuposto de que o discurso, objeto por excelência dessa teoria, constitui-se como um processo que sofre a determinação do tecido sócio-histórico ideológico e o sujeito, não mais entendido como absolutamente uno e dono de suas vontades, mas descentrado e afetado pela determinação do inconsciente e da instância ideológica.

2 Algumas observações sobre o discurso da recusa radical ao CHBM

Pêcheux (2009), ao elaborar sua tese materialista dos processos discursivos, fundamenta-se nos postulados althusserianos sobre o “efeito ideológico elementar”. Na visão do autor, nem os sujeitos, nem os sentidos são evidentes. O mecanismo responsável pelo efeito de transparência da linguagem e pela interpelação dos indivíduos em sujeito é a ideologia que, segundo Althusser (1983, p. 85) “representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”.

Partindo dessas observações, tomamos o discurso da recusa radical ao CHBM como o que se assenta numa formação ideológica segundo a qual o rio Xingu, em sua condição original³, é o elemento que garante a subsistência e a perpetuação do *modus vivendi* tradicional dos povos da bacia do Xingu. Esse discurso é atravessado pelo discurso do desenvolvimento sustentável cujos saberes redesenham os contornos do imaginário. Desse modo, o sujeito discursivo que se identifica com os saberes da formação discursiva anti-CHBM interpreta a relação dos povos da bacia⁴ com o rio Xingu como a única via capaz de permitir a existência e continuidade das gerações presentes e das

³ Estamos significando “condição original” como aquela em que se encontra o rio Xingu desde os seus primórdios, com sua configuração materialmente delimitada pela natureza, tal como os primeiros habitantes indígenas da bacia do Xingu encontraram.

⁴ Essa relação se dá de modos diferenciados, a depender de cada segmento. Os índios necessitam do rio porque consomem a água, pescam, se locomovem; os extrativistas coletam produtos de áreas florestais próximas ao rio. Essas áreas deixarão de existir com a alteração do estado natural do mesmo; os ribeirinhos dependem dos peixes do rio para comer/comercializar; os moradores de bairros próximos ao rio dependem do estado natural do rio para manterem suas moradias intactas.

futuras gerações na medida em que não agride, não depreda, não exaure os recursos naturais em nome de lucro, pelo contrário, utiliza-se dos recursos de modo sustentável.

Se para o sujeito que se alinha ao discurso do Estado/empreendedor Belo Monte significa progresso, para o sujeito que se contrapõe à barragem, toda a ação relacionada à Belo Monte representa violação de direitos porque destrói um patrimônio natural herdado de antepassados pelos povos da bacia do Xingu. Esse gesto de interpretar o rio como sustentáculo da vida, fundamento do discurso de recusa ao CHBM, é o que, em nosso entender, determina os mecanismos pelos quais o porta-voz constrói sua legitimidade representativa.

3 O “nós” político: o escopo referencial e a legitimidade representativa

O mecanismo linguístico pelo qual, na CXVPS, o sujeito do discurso enuncia é um “nós” inclusivo. Indursky (2000) defende a tese de que esse pronome tem a potencialidade de “constituir o sujeito político por excelência”, pois sua fala configura a ação de uma coletividade que representa: isto é, o sujeito que assume a palavra o faz em seu nome e em nome de outrem, a quem legitimamente representa. Estamos aqui nos reportando à figura enunciativa do porta-voz, categoria de extrema produtividade para nossas análises.

Compreendemos que, na CXVPS, o sujeito discursivo, ao enunciar “nós”, institui-se como o porta-voz que captura as demandas dos povos impactados pelo CHBM e as direciona para o poder constituído. Para compreendermos o funcionamento discursivo da figura enunciativa do porta-voz, apoiamo-nos nas considerações de Zoppi-Fontana (2007) que, baseada nos estudos de Conei e Guilhaumou, define essa categoria como

[...] um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertencente a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um *nós* em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído (ZOPPI-FONTANA, 2007, p. 20)

Visando compreender o modo como se apresenta discursivamente a figura enunciativa do porta-voz na CXVPS, observemos a sequência discursiva (SD) que segue:

CXVPS – 2008	
SD1	Nós, representantes das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, dos agricultores e agricultoras familiares, dos moradores e moradoras da cidade, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais da Bacia do rio Xingu , nos reunimos no encontro Xingu Vivo para Sempre, realizado na cidade de Altamira (PA), entre os dias 19 e 23 de maio de 2008, para discutir, avaliar e denunciar as ameaças ao rio que nos pertence e ao qual pertencemos nós e reafirmar o modelo de desenvolvimento que queremos.

Ao abrir a carta com o “nós” (pronome de primeira do plural), o sujeito político agrega outros enunciadores a seu dizer. A natureza desse pronome Guespin (apud INDURSKY 1997, p. 66) designa como “conjuntos lexicalmente não nomeados, uma vez que suas fronteiras são indefinidas, móveis, permitem que a indeterminação referencial se instaure por seu intermédio”.

No caso da SD em tela, o pronome “nós” refere os líderes e coordenadores do evento EXVPS⁵, refere, portanto, cada um dos participantes em seus lugares de poder constituído, quais sejam, o líder das comunidades indígenas, o líder do segmento ribeirinho, representantes de organizações da sociedade civil e, ainda, líderes de movimentos sociais. Esse escopo referencial discursivo⁶ do pronome em foco é sedimentado no imaginário de todos os participantes do evento, pois na ocasião de sua abertura, são apresentados símbolos, ícones que atestam a presença dos líderes de cada segmento⁷. Em nossa percepção, o sujeito que enuncia opera discursivamente com esse recorte para apresentar-se como porta-voz dos sujeitos identificados como aqueles que historicamente contraíram relações de existência/subsistência com o rio e, portanto, erige-se como centro visível a quem o poder constituído deve se

⁵ Os documentos que circulam na internet, de modo geral, ou mais especificamente, os que estão disponíveis no blog do Xingu vivo para Sempre, atestam a presença de sujeitos considerados pelos organizadores do evento como os líderes representantes dos povos impactados pelo CHBM.

⁶ Indursky (1997) o caracteriza como *não pessoa discursiva*.

⁷ No registro audiovisual do EXVPS, é possível ver tais apresentações: a abertura com a dança dos líderes indígenas, a apresentação dos ribeirinhos encenando sua relação com o rio, etc.

reportar. O efeito de consagração jurídica do porta-voz se faz na forma das orações relativas vinculadas no nível sentencial ao pronome “nós”, questão essa que será o foco das análises que seguem.

Na CXVPS, compreendemos o funcionamento do esquema (pron qu-SV) como a forma material de processos discursivos que visam assegurar a legitimidade representativa do porta-voz. Para os propósitos desta pontual discussão e do espaço que a ela compete, selecionamos e examinamos duas sequências discursivas por onde perpassam os efeitos da referida legitimação.

3.1 O sujeito como único representante dos povos da bacia do Xingu

Com o lançamento de *Semântica e Discurso* (1975), Pêcheux promove um conjunto de reflexões revisionistas de conceitos clássicos, como o de Formação Discursiva (FD). Esta, segundo o pesquisador, precisou ser revista agora não mais como “um lugar estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais” (PÊCHEUX, 1993, p. 314). A esses elementos exteriores, Henry (1993) designou pré-construídos, o que permitiu a explosão da maquinaria discursiva e a atestação das fronteiras porosas de uma FD.

Ao tomarmos como objeto de investigação o discurso de recusa radical ao CHBM, notamos que a FD que organiza seus saberes recebe elementos de saber de regiões do Interdiscurso, a exemplo dos *pré-construídos* oriundos da FD do discurso do desenvolvimento sustentável. Por questões de espaço e dos propósitos definidos para este trabalho, não iremos nos aprofundar no acontecimento que permitiu a emergência desse discurso, mas cumpre ressaltar que, no Brasil, a noção de desenvolvimento sustentável ganha força a partir do evento Eco 92 ou Rio 92. Durante esse evento, representantes de cento e oito países e mais diversos cientistas reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro para discutir as medidas necessárias para a diminuição da degradação ambiental provocada pelo desenvolvimento industrial. A preocupação dos participantes girava em torno de garantir às futuras gerações um ambiente equilibrado.

De acordo com Benincá (2011), o texto produzido pela comissão Brundtland – *Our common future* – que no Brasil foi lançado com o título de *Nosso futuro comum* (1987) definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as

gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (p. 149). Este texto dentre outros foi que deu sustentação ao evento acima citado.

Um exame cuidadoso da CXVPS nos permite afirmar que o discurso do MXVPS interpreta o CHBM como aquilo que causará a extirpação do rio (da vida) pelo fato de este complexo ser o cartão de visita de um “modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante”. Ou seja, no discurso do MXVPS, Belo Monte é radicalmente recusada por não se encaixar no ideal de desenvolvimento que preserva as características originais do rio, única via possível de existência para esta e para as próximas gerações da bacia do Xingu.

Com efeito, esse gesto de interpretar o rio como elemento que permite a vida e o empreendimento como ato material de destruição da vida, conduz o sujeito político do discurso do MXVPS a tomar posição na recusa. Esse sujeito é, então, determinado por um conjunto de formações imaginárias que definem seu lugar no mundo e sua identidade como representante dos povos a quem devem se dirigir o poder e a opinião pública.

Como havíamos dito anteriormente, o MXVPS recupera o gesto da Índia Tuíra como o símbolo máximo da contraposição à Belo Monte. Mas essa inscrição na memória é perturbada pelo acontecimento do EXVPS que redimensiona o cenário da luta⁸: o coletivo agrega os sujeitos indígenas, mas não só. O movimento agora abarca uma coletividade mais heterogênea, dando conta de todos os segmentos que compõem os povos da bacia do rio Xingu cujos interesses também estão em jogo com a construção do CHBM. Esta questão é sinalizada de maneira explícita na CXVPS quando o sujeito discursivo referencia pontualmente cada um dos segmentos representados. O fato que nos chama a atenção é justamente o efeito discursivo de legitimidade representativa que se observa na construção relativa em destaque na SD1.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário pontuarmos uma questão teórica fundamental. Trata-se da discussão que Pêcheux (2009) sistematiza em torno do caráter ambíguo das construções relativas determinativas e as relativas explicativas, buscando justamente sinalizar que a diferença entre as duas é garantida no discursivo e não no lógico linguístico, o que reforça a teoria do discurso. Para o filósofo, inspirado nos trabalhos de Henry, são dois os funcionamentos que explicam a diferença entre esses tipos de construções: o

⁸ Estamos entendendo este evento como uma “quebra do ritual”. Para usarmos as palavras de Pêcheux (1990) “o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição.

pré-construído e o efeito de sustentação. O primeiro remete ao anterior e exterior, ao que foi pensado antes em outro lugar e que retorna e se encaixa sintaticamente no todo do enunciado. Esse “pensamento” enquanto pré-construído pode ser objeto de uma denegação, distanciamento ou concordância e está diretamente ligado ao funcionamento determinativo da relativa. Já o efeito de sustentação está na base do funcionamento explicativo da relativa e sinaliza uma evocação lateral de um pensamento sabido em outro lugar, por outra via que retorna para sustentar o objeto da proposição de base. É o que Henry (1993) chama de retorno de saber no pensamento.

Voltando à análise da construção relativa em destaque “**nós (que somos) representantes das populações...**”, entendemos tratar-se aí de uma determinativa que aponta, desde o interdiscurso, para o pré-construído cujo efeito de evidência é representar o sujeito discursivo como único porta-voz legítimo dos povos da bacia do Xingu. Portanto, esse efeito de evidência instaura para o “inimigo” (o Estado/o empreendedor) um corpo jurídico visível que representa essa voz da recusa. Sobre a aparição histórica dessa figura, Pêcheux (1990, p. 17) nos explica que

[...] o efeito que ele exerce falando ‘em nome de...’ é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Por esse viés teórico, o EXVPS enquanto acontecimento que recupera da memória o discurso da recusa radical ao CHBM precisa expor ao olhar exterior todos os sujeitos que estão na base desse ritual de transferência do poder negociador. Portanto não basta dizer “nós” para impor ao outro o reconhecimento enquanto porta-voz, é preciso tornar visível a base de sustentação desse centro combatente: um corpo coletivo e uma voz em uníssono que busca “denunciar as ameaças ao rio que nos pertence e ao qual pertencemos nós e reafirmar o modelo de desenvolvimento que queremos”. Este poder de denúncia e poder de decisão é conferido ao MXVPS justamente

pelo efeito da consagração jurídica do porta-voz que o encaixe do pré-construído produz enquanto efeito de evidência.

Cumpramos ressaltar que no imaginário urdido pela FD anti-CHBM, cada um dos segmentos representados pelo porta-voz depende do rio Xingu em seu estado natural para existir/subsistir. Apresentar cada um deles é a um só tempo dar visibilidade aos que normalmente têm sua identidade diluída numa massa amorfa referida como “povos impactados” e sustentar o efeito de uma representatividade ampla e heterogênea resultante de uma vontade, de uma escolha democrática.

3.2 O sujeito e a identificação com a práxis de existência/subsistência do coletivo representado

O efeito da consagração jurídica do porta-voz ganha um reforço a mais no discursivo: ele compartilha, com os representados, as experiências que lhes conferem o *status* de proprietários naturais das riquezas da bacia do Xingu. Constrói-se no imaginário a legitimação deste lugar experimentado pelo porta-voz: seu *modus vivendi* e o de seus representados (todo o processo que garante a subsistência dos povos da bacia) mantém profunda relação com o rio Xingu em seu estado original. Compartilhando juntos uma experiência que os vincula à existência do rio, eles podem recusar Belo Monte. Vejamos as sequências que seguem:

	CXVPS – 2008
SD2	Nós [...] que navegamos seu curso e seus afluentes para nos encontrarmos; que tiramos dele os peixes que nos alimentam; que dependemos da pureza de suas águas para beber sem temer doenças; que dependemos do regime de cheias e secas para praticar nossa agricultura, colher os produtos da floresta e que reverenciamos e celebramos sua beleza e generosidade a cada dia que nasce; nós temos nossa cultura, nossa espiritualidade e nossa sobrevivência profundamente enraizadas e dependentes de sua existência.

Nesta SD, as construções relativas explicativas sinalizam para o conjunto das *práxis* que historicamente associam o *modus vivendi* dos povos da bacia à existência do rio Xingu. Por um lado, a evocação dessas práticas identifica o porta-voz com o grupo que ele representa, reforçando seu lugar de representante legítimo, pois o dizer do sujeito discursivo sofre a determinação

da FD anti-CHBM cujos saberes identificam o conjunto dessas *práxis* com os princípios da sustentabilidade. Por outro lado, aquela evocação aciona o pré-construído segundo o qual o rio Xingu, em seu estado original, sempre foi um sustentáculo vital para os povos da bacia e é por essa razão que o CHBM não pode jamais ser instalado, pois o mesmo não se encaixa no ideal de desenvolvimento sustentável defendido pelo MXVPS.

Dizendo de outra forma, a evocação desse implícito serve de base para a recusa do que se impõe a contragosto: a barragem que matará o rio. O direito de propriedade dos povos da bacia é garantido pela *práxis* histórica, pela tradição dos antepassados que antes ali se instalaram e que deixaram a riqueza às gerações presentes. O modo como se atesta essa pertença perpassa pelo conjunto das relativas explicativas ligadas ao “nós” que marca a dependência de um *modus vivendi* profundamente entrelaçado à própria existência do rio Xingu. Isso explica o porquê de os sujeitos que se inscrevem nessa FD acusarem o empreendedor de usurpador, de violador de direitos. As perguntas são: usurpador de que? Violador do direito de quem? Ora, daqueles que há muito tempo se utilizam do rio em seu curso natural para sobreviver.

Estamos diante de mais uma formação imaginária engendrada no interior da formação ideológica que dá corpo ao discurso de recusa: a luta pela manutenção do bem público coletivo contra a usurpação e transformação do mesmo, pelo empreendedor, em bem privado. O gesto que, por um lado, interpreta o rio como herança dos povos da bacia, por outro silencia que, na forma do art. 20, III, da Constituição Federal, esse mesmo rio é um bem da união, podendo esta, em consonância com “um possível interesse maior da nação brasileira”, aproveitar o seu potencial hidrelétrico, por exemplo.

Portanto, na SD em foco, o grupo de orações relativas explicativas em destaque produz uma evidência – o sujeito coletivo se sente “desrespeitado” “afrontado em seus direitos fundamentais”, quais sejam, aqueles relativos ao usufruto da riqueza natural que herdou de seus antepassados (os donos originais do rio) e que sempre garantiu sua existência/subsistência, porque o empreendedor ameaça tirá-los pela apropriação indevida do rio (aproveitamento hidrelétrico do Xingu).

Em suma, a explicitação de um sem número de práticas de vivência/sobrevivência intimamente ligadas à existência do rio (que aqui parafraseamos como “aquilo que importa para nossa subsistência porque suas águas garantem nosso ir e vir, nosso alimento”) tanto identifica o porta-voz com o coletivo impactado pelo CHBM, quanto o alça à condição legítima de

poder dizer não à Belo Monte. É esse o mecanismo de produção de uma realidade engendrada pela FD anti-CHBM que produz para o sujeito o efeito de verdade contido no enunciado “o rio que nos pertence e ao qual pertencemos nós”.

4 Conclusão

A reflexão aqui proposta nos permitiu vislumbrar os mecanismos pelos quais o porta-voz, representado linguisticamente na CXVPS como um “nós”, constrói, discursivamente, sua legítima representatividade perante o poder constituído. Tais mecanismos, na forma de um conjunto de orações relativas ligadas a esse “nós” político, materializam o processo discursivo cujo funcionamento indica distintamente: a) a produção de subjetividades alinhadas à ideologia que sustenta a FD anti-CHBM; b) a identificação do sujeito discursivo com as práticas de existência/subsistência dos povos da bacia (que, discursivamente, alinham-se à FD anti-CHBM).

No que tange ao primeiro aspecto, flagramos na CXVPS um funcionamento discursivo explicativo da relativa sustentando o efeito de uma representatividade ampla e heterogênea resultante de uma vontade, de uma escolha democrática. No que se refere ao processo discursivo que identifica o porta-voz com o conjunto das *práticas* de existência/subsistência dos povos da bacia, compreendemos aí que a busca por uma legitimidade representativa leva o sujeito político a tomar posição na FD anti-CHBM para pensar o rio Xingu como aquilo que de fato sustenta a vida.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BENINCÁ, D. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 311-318. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas/SP, n 19, p. 7-24, 1990.

_____. A Análise de Discurso: três épocas. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 311-318. Edição original: 1969

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4º ed. Campinas: EDUNICAMP, 2009. Edição original: 1975

INDURSKY, F. **A Fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: EDUNICAMPI, 1997

_____. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras neolatinas, UFRJ**, Rio de Janeiro, Alea, V.2, p. 17-26, 2000.

ORLANDI, E. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. **Análise do discurso**. Princípios e procedimentos. 10ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos**. Discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

*Recebido em novembro de 2016.
Aprovado em dezembro de 2016.*

SOBRE OS AUTORES

Alessandro Nobre Galvão é graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA), onde também fez o Mestrado em Linguística. Atualmente, é doutorando do PPGL-UFPA, com período sanduíche na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor efetivo da UFPA desde 2009. Seu principal interesse de pesquisa reside no exame de discursos políticos de movimentos sociais à luz do quadro teórico da AD francesa pecheuxtiana. Desde 2016, é membro do grupo de pesquisa Estudos Pecheutianos da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: nobregalvao@hotmail.com

Fátima Cristina da Costa Pessoa é Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Professora Associada do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós-

Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. E-mail:
fpessoa37@gmail.com